

BREVE HISTÓRIA DO PROTESTANTISMO NO BRASIL

Alderí Souza de Matos*

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar uma visão panorâmica da história do protestantismo no Brasil. Inicia com as primeiras manifestações protestantes no período colonial, prossegue com a implantação definitiva do movimento durante o império (nas duas modalidades históricas: protestantismo de imigração e de missão) e chega ao Brasil republicano, com o surgimento do protestantismo de matriz brasileira.

1. O contexto político-religioso (1500-1822)

Portugal surgiu como nação independente da Espanha durante a Reconquista (1139-1249), ou seja, a luta contra os muçulmanos que haviam conquistado boa parte da Península Ibérica vários séculos antes. Seu primeiro rei foi D. Afonso Henriques. O novo país tinha fortes ligações com a Inglaterra, com a qual iria firmar posteriormente o Tratado de Windsor, em 1386. O apogeu da história de Portugal foi o período das grandes navegações e dos grandes descobrimentos, com a conseqüente formação do império colonial português na África, Ásia e América Latina.

No final da Idade Média, a forte integração entre a igreja e o estado na Península Ibérica deu origem ao fenômeno conhecido como “padroado” ou patronato real. Pelo padroado, a Igreja de Roma concedia a um governante civil certo grau de controle sobre uma igreja nacional em apreciação por seu zelo cristão e como incentivo para futuras ações em favor da igreja. Entre 1455 e 1515, quatro papas concederam direitos de padroado aos reis portugueses, que assim foram recompensados por

* O autor bacharelou-se em teologia no Seminário Presbiteriano de Campinas (1974), fez mestrado em Novo Testamento (STM) na Escola Teológica Andover Newton (1988) e doutorou-se em História da Igreja (ThD) na Escola de Teologia da Universidade de Boston (1996), nos Estados Unidos. É professor de história da igreja, articulista e autor de vários livros, entre os quais *Fundamentos da Teologia Histórica* (2008).

seus esforços no sentido de derrotar os mouros, descobrir novas terras e trazer outros povos para a cristandade.

Portanto, a descoberta e colonização do Brasil foi um empreendimento conjunto do Estado português e da Igreja Católica, no qual a coroa desempenhou o papel predominante. O estado forneceu os navios, custeou as despesas, construiu as igrejas e pagou o clero, mas também teve o direito de nomear os bispos, recolher os dízimos, aprovar documentos e interferir em quase todas as áreas da vida da igreja.

Um dos primeiros representantes oficiais do governo português a visitar o Brasil foi Martim Afonso de Souza, em 1530. Três anos depois, foi implantado o sistema de capitanias hereditárias, que, todavia, não foi bem-sucedido. Diante disso, Portugal começou a nomear governadores-gerais, o primeiro dos quais foi Tomé de Sousa, que chegou em 1549 e construiu Salvador, na Bahia, a primeira capital da colônia.

Com Tomé de Sousa vieram os primeiros membros de uma nova ordem religiosa católica que havia sido oficializada recentemente (1540) – a Sociedade de Jesus ou os jesuítas. Manoel da Nóbrega, José de Anchieta e seus companheiros foram os primeiros missionários e educadores do Brasil colonial. Essa ordem iria atuar ininterruptamente no Brasil durante 210 anos (1549-1759), exercendo enorme influência sobre sua história religiosa e cultural. Muitos jesuítas foram defensores dos índios, como o afamado padre Antonio Vieira (1608-97). Ao mesmo tempo, eles se tornaram os maiores proprietários de terras e senhores de escravos do Brasil colonial.

Em 1759 a Sociedade de Jesus foi expulsa de todos os territórios portugueses pelo primeiro-ministro do rei D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1751-1777). Por causa de sua riqueza e influência, os jesuítas tinham muitos inimigos entre os líderes eclesiásticos, proprietários de terras e autoridades civis. Sua expulsão resultou tanto do anticlericalismo que se alastrava pela Europa quanto do “regalismo” de Pombal, isto é, a noção de que todas as instituições da sociedade, em especial a igreja, deviam ser inteiramente subservientes ao rei. Pombal também determinou a transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro.

Desde o início da colonização, a coroa portuguesa foi lenta em seu apoio à igreja: a primeira diocese foi fundada em 1551, a segunda somente em 1676 e em 1750 havia apenas oito dioceses no vasto território. Nenhum seminário para o clero secular foi criado até 1739. Todavia, a coroa nunca deixou de recolher os dízimos, que vieram a ser o principal tributo colonial. Com a expulsão dos jesuítas, que eram em grande parte independentes das autoridades civis, a igreja tornou-se ainda mais fraca.

Durante o período colonial, a atuação dos bandeirantes, aventureiros que se embrenhavam pelo interior em busca de pedras preciosas e escravos, foi decisiva para a expansão territorial do Brasil. Suas ações foram facilitadas e incentivadas pela União Ibérica, ou seja, o controle de Portugal pela Espanha durante sessenta anos (1580-1640). Os bandeirantes chegaram a atacar as missões jesuíticas da bacia do rio Paraná, conhecidas como “reduções”, levando centenas de indígenas para os mercados de escravos de São Paulo. A escravidão de índios e negros foi uma constante no período colonial. Outro fenômeno marcante foi a corrida do ouro nas Minas Gerais (1693-1760), que trouxe benefícios e problemas.

No período colonial houve dois tipos bastante distintos de catolicismo no Brasil. Em primeiro lugar, havia a religiosidade dos colonos, escravos e senhores de engenho, centralizada na “casa grande” e caracterizada pela informalidade, pequena ênfase em dogmas, devoção aos santos e Maria e permissividade moral. Ao mesmo tempo, nos centros urbanos havia o catolicismo das ordens religiosas, mais disciplinado e alinhado com Roma. Havia ainda as irmandades, que por vezes tinham bastante independência em relação à hierarquia.

Em conclusão, no período colonial o estado exerceu um rígido controle sobre a área eclesiástica. Com isso a igreja teve dificuldade em realizar adequadamente o seu trabalho evangelístico e pastoral. O catolicismo popular era culturalmente forte, mas débil nos planos espiritual e ético. Apesar das suas debilidades, a igreja foi um importante fator na construção da unidade e da identidade nacional.

2. Presença protestante no Brasil colonial

Nos séculos 16 e 17, duas regiões do Brasil foram invadidas por nações européias: a França e a Holanda. Muitos dos invasores eram protestantes, o que provocou forte reação dos portugueses numa época em que estava em pleno curso a Contra-Reforma, ou seja, o esforço da Europa católica no sentido de deter e mesmo suprimir o protestantismo. O esforço pela expulsão dos invasores fortaleceu a consciência nacional, mas ao mesmo tempo aumentou o isolamento do Brasil.

2.1 Os franceses na Guanabara (1555-1567)

Em dezembro de 1555 chegou à baía de Guanabara uma expedição comandada por Nicolas Durand de Villegaignon. O empreendimento contou com o apoio do almirante Gaspard de Coligny (1519-1572), um simpatizante e futuro correligionário dos protestantes franceses (huguenotes).

Inicialmente, Villegaignon se mostrou simpático à Reforma. Escreveu ao reformador João Calvino, em Genebra, na Suíça, pedindo pastores e colonos evangélicos para sua colônia. Uma segunda expedição chegou em 1557, trazendo um pequeno grupo de huguenotes liderados pelos pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier. Um integrante da comitiva era Jean de Léry, que mais tarde se tornou pastor e escreveu o livro *História de uma viagem à terra do Brasil*, publicado em Paris, em 1578. No dia 10 de março de 1557 esse grupo realizou o primeiro culto protestante da história do Brasil e das Américas.

Rapidamente surgiram divergências entre Villegaignon e os calvinistas acerca dos sacramentos e de outras questões. O pastor Chartier foi enviado de volta para a França e os colonos protestantes foram expulsos. O navio em que vários deles voltaram para a França começou a apresentar problemas e cinco deles se ofereceram para retornar à terra: Jean de Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon, André Lafon e Jacques le Balleur.

Em resposta a uma série de perguntas apresentadas pelo comandante, esses homens escreveram um belo documento, a *Confissão de fé da Guanabara* (1558). Três deles foram executados por causa de suas convicções. André Lafon, o único alfaiate da colônia, teve a vida poupada. Le Balleur fugiu para São Vicente, ficou encarcerado por vários anos em Salvador, e finalmente foi levado para o Rio de

Janeiro em 1567, sendo enforcado quando os últimos franceses foram expulsos pelos portugueses.

Os calvinistas tiveram uma preocupação missionária em relação aos índios, mas pouco puderam fazer por eles. Léry expressou atitudes contraditórias que provavelmente eram típicas dos seus companheiros: embora interessado na situação espiritual dos indígenas, a relutância dos mesmos em aceitar a fé cristã o levou a concluir que eles talvez estivessem entre os não-eleitos. A França Antártica entrou para a história como a primeira tentativa de se estabelecer uma igreja e um trabalho missionário protestante na América Latina.

2.2 Os holandeses no Nordeste (1630-1654)

Em 1568 as Províncias Unidas dos Países Baixos tornaram-se independentes da Espanha. A nova e próspera nação calvinista criou em 1621 a Companhia das Índias Ocidentais, na época em que Portugal estava sob o domínio da Espanha (1580-1640). Em 1624 os holandeses tomaram Salvador, a capital do Brasil, mas foram expulsos no ano seguinte.

Em 1630 a Companhia das Índias Ocidentais tomou Recife e Olinda e dentro de cinco anos apossou-se de grande parte do nordeste brasileiro. O maior líder do Brasil holandês foi o príncipe João Maurício de Nassau-Siegen, que governou por apenas sete anos (1637-1644). Ele foi notável administrador e incentivador das ciências e das artes. Concedeu uma boa medida de liberdade religiosa aos habitantes católicos e judeus do Brasil holandês.

Os holandeses criaram sua própria igreja estatal nos moldes da Igreja Reformada da Holanda. Durante os 24 anos de dominação, foram organizadas 22 igrejas e congregações, dois presbitérios e um sínodo. As igrejas foram servidas por mais de 50 pastores (“predicantes”), além de pregadores auxiliares (“proponentes”) e outros oficiais. Havia também muitos “consoladores dos enfermos” e professores de escolas paroquiais.

As igrejas destacaram-se pela sua atuação beneficente e sua ação missionária junto aos índios. Havia planos de preparação de um catecismo, tradução da Bíblia e ordenação de pastores indígenas. Todavia, levados por considerações econômicas

e agindo contra as suas convicções religiosas, os holandeses mantiveram intacto o sistema de escravidão negra, ainda que tenham concedido alguns direitos aos escravos.

Após alguns anos de divergências com os diretores da Companhia das Índias Ocidentais, Maurício de Nassau renunciou em 1644 e no ano seguinte começou a revolta dos portugueses e brasileiros contra os invasores, que finalmente foram expulsos em 1654. No restante do período colonial, o Brasil manteve-se isolado, sendo inteiramente vedada a entrada de protestantes. Porém, com a transferência da família real portuguesa, em 1808, abriram-se as portas do país para a entrada legal dos primeiros protestantes (anglicanos ingleses).

3. Igreja e Estado no Brasil Império (1822-1889)

Com a independência do Brasil, surgiu a necessidade de atrair imigrantes europeus, inclusive protestantes. A Constituição Imperial, promulgada em 1824, concedeu-lhes certa liberdade de culto, ao mesmo tempo em que confirmou o catolicismo como religião oficial. Até a Proclamação da República, os protestantes enfrentariam sérias restrições no que diz respeito ao casamento civil, uso de cemitérios e educação.

Desde o século 18, começaram a se tornar influentes no Brasil novos conceitos e movimentos surgidos na Europa, tais como o iluminismo, a maçonaria, o liberalismo político e os ideais democráticos americanos e franceses. Tais idéias tornaram-se especialmente influentes entre os intelectuais, políticos e sacerdotes, e tiveram dois efeitos importantes na área religiosa: o enfraquecimento da Igreja Católica e uma crescente abertura ao protestantismo.

O liberalismo de muitos religiosos brasileiros, inclusive bispos, é ilustrado pelo padre Diogo Antonio Feijó (regente do império de 1835 a 1837), que em diferentes ocasiões propôs a legalização do casamento clerical, sugeriu que os irmãos morávios fossem convidados para educar os índios brasileiros e defendeu um concílio nacional para separar a igreja brasileira de Roma.

O imperador D. Pedro II (1841-1889) utilizou plenamente seus direitos legais de padroado, bem como os poderes adicionais do recurso (em casos de disciplina eclesiástica) e do beneplácito (censura de todos os documentos eclesiásticos antes

de sua publicação no Brasil), em virtude da sua preocupação com o ultramontanismo. Um autor comenta que, durante o longo reinado de Pedro II, a igreja não passou de um departamento do governo.

Todavia, no pontificado do papa Pio IX (1846-1878) Roma começou a exercer um maior controle sobre a igreja brasileira. As idéias da encíclica *Quanta cura* e seu *Sílabo de Erros* tiveram rápida difusão, apesar de não terem recebido o beneplácito de Pedro II. O *Sílabo* atacou violentamente a maçonaria numa época em que os principais estadistas brasileiros e o próprio imperador estavam ligados às lojas. Isto acabou desencadeando a famosa “Questão Religiosa” (1872-75), um sério confronto entre o governo e dois bispos do norte do Brasil (D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Antônio de Macedo Costa) que enfraqueceu o Império e contribuiu para a Proclamação da República.

A Questão Religiosa marcou o início da renovação católica no Brasil, que se aprofundou no período republicano. À medida que afirmava sua autonomia diante do Estado, a Igreja tornou-se mais universalística e mais romana. O próprio sacerdócio tornou-se mais estrangeiro. Ao mesmo tempo, ela teve de enfrentar a concorrência de outros grupos religiosos e ideológicos além do protestantismo, tais como o positivismo e o espiritismo.

O século 19 testemunhou um longo esforço dos protestantes no sentido de obter completa legalidade e liberdade no Brasil, 80 anos de avanço lento, porém contínuo, em direção à plena tolerância (1810-1890). Um passo importante na conquista da liberdade de expressão e de propaganda ocorreu quando o missionário Robert Reid Kalley, pressionado pelas autoridades, consultou alguns juristas destacados e obteve opiniões favoráveis quanto às suas atividades religiosas. Finalmente, em 1890, um decreto do governo republicano consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, assegurando aos protestantes pleno reconhecimento e proteção legal. A nova expressão religiosa se implantou no Brasil em duas fases: protestantismo de imigração e protestantismo missionário.

4. Protestantismo de imigração

O historiador Boanerges Ribeiro observa que “ao iniciar-se o século XIX, não havia no Brasil vestígio de protestantismo” (*Protestantismo no Brasil monárquico*, p. 15). Em janeiro de 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, o príncipe-regente João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas. Em novembro, um novo decreto concedeu amplos privilégios a imigrantes de qualquer nacionalidade ou religião.

Em fevereiro de 1810, Portugal assinou com a Inglaterra tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação. Este último, em seu artigo 12, concedeu aos estrangeiros “perfeita liberdade de consciência” para praticarem sua fé. Tratava-se de uma tolerância limitada, porque vinha acompanhada da proibição de fazer prosélitos e de falar contra a religião oficial. Além disso, as capelas protestantes não teriam forma exterior de templo nem poderiam utilizar sinos.

O primeiro capelão anglicano, Robert C. Crane, chegou em 1816. A primeira capela anglicana foi inaugurada no Rio de Janeiro em 26 de maio de 1822; seguiram-se outras nas principais cidades litorâneas. Outros estrangeiros protestantes que chegaram nos primeiros tempos foram americanos, suecos, dinamarqueses, escoceses, franceses e especialmente alemães e suíços, de tradição luterana e reformada.

Boanerges Ribeiro continua: “Quando se proclamou a Independência, contudo, ainda não havia igreja protestante no país. Não havia culto protestante em língua portuguesa. E não há notícia de existir, então, sequer um brasileiro protestante” (*Ibid.*, p. 18). Com a independência, houve grande interesse na vida de imigrantes, inclusive protestantes. Isso exigiu que se garantissem os direitos religiosos desses imigrantes. A *Constituição Imperial* de 1824 afirmou no artigo 5º: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

Em 1820, um contingente de suíços católicos iniciou a colônia de Nova Friburgo. Logo a área foi abandonada e oferecida a alemães luteranos que chegaram em maio de 1824. Eram 324 imigrantes acompanhados do seu pastor, Friedrich Oswald Sauerbronn (1784-1864). A maior parte dos imigrantes alemães foi para o sul, cerca

de 4.800 entre 1824 e 1830, 60% dos quais eram protestantes. Seus primeiros pastores foram Johann Georg Ehlers, Karl Leopold Voges e Friedrich Christian Klingelhöffer.

Em junho de 1827, por iniciativa do cônsul da Prússia, Wilhelm von Thiermin, foi criada no Rio de Janeiro a Comunidade Protestante Alemã-Francesa, congregando luteranos e calvinistas, cujo primeiro pastor foi Ludwig Neumann. Em 1837, o primeiro santuário passou a funcionar em um edifício alugado, sendo o edifício próprio inaugurado em 1845.

Por falta de ministros ordenados, os primeiros luteranos organizaram sua própria vida religiosa. Elegeram leigos para serem pastores e professores, os “pregadores-colonos”. Todavia, na década de 1850, a Prússia e a Suíça “descobriram” os alemães do sul do Brasil e começaram a enviar-lhes missionários e ministros. Isso criou uma igreja mais institucional e européia.

Em 1868, o Rev. Hermann Borchard, que havia chegado em 1864, e outros colegas fundaram o Sínodo Evangélico Alemão da Província do Rio Grande do Sul, que foi extinto em 1875. Em 1886, o Rev. Wilhelm Rotermund (chegado em 1874), organizou o Sínodo Rio-Grandense, que se tornou modelo para outras organizações similares. Até o final da II Guerra Mundial as igrejas luteranas permaneceram culturalmente isoladas da sociedade brasileira.

Uma consequência importante da imigração protestante é o fato de que ela ajudou a criar as condições que facilitaram a introdução do protestantismo missionário no Brasil. O autor Erasmo Braga observou que, à medida que os imigrantes alemães exigiam garantias legais de liberdade religiosa, estadistas liberais criaram “a legislação avançada que, durante o longo reinado de D. Pedro II, protegeu as missões evangélicas da perseguição aberta e até mesmo colocou as comunidades não-católicas sob a proteção das autoridades imperiais” (*The Republic of Brazil*, p. 49). Em 1930, de uma comunidade protestante de 700 mil pessoas no país, as igrejas imigrantes tinham aproximadamente 300 mil filiados. A maior parte estava ligada à Igreja Evangélica Alemã do Brasil (215 mil) e vivia no Rio Grande do Sul.

5. Protestantismo missionário (1835-1889)

As primeiras organizações protestantes que atuaram junto aos brasileiros foram as sociedades bíblicas: Britânica e Estrangeira (1804) e Americana (1816). Havia duas traduções da Bíblia em português, uma protestante, feita pelo Rev. João Ferreira de Almeida (1628-1691), e outra católica, do padre Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797). Os primeiros agentes oficiais das sociedades bíblicas foram: da SBA, James C. Fletcher (1855); da SBBE, Richard Corfield (1856). Nesse período pioneiro, foi muito importante o trabalho dos colportores, isto é, vendedores de Bíblias e literatura religiosa.

A Igreja Metodista Episcopal foi a primeira denominação a iniciar atividades missionárias junto aos brasileiros (1835-1841). Seus obreiros iniciais foram Fountain E. Pitts, Justin Spaulding e Daniel Parish Kidder. Eles fundaram no Rio de Janeiro a primeira escola dominical do Brasil. Também atuaram como capelães da Sociedade Americana dos Amigos dos Marinheiros, fundada em 1828.

Daniel P. Kidder foi uma figura importante dos primórdios do protestantismo brasileiro. Ele viajou por todo o país, vendeu Bíblias e manteve contactos com intelectuais e políticos destacados, como o padre Diogo Antônio Feijó, regente do império (1835-1837). Kidder escreveu o livro *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*, publicado em 1845, um clássico que despertou grande interesse pelo Brasil.

James Cooley Fletcher (1823-1901) era pastor presbiteriano. Estudou no Seminário de Princeton e na Europa, e se casou com uma filha de César Malan, teólogo calvinista de Genebra. Chegou ao Brasil em 1851 como o novo capelão da Sociedade dos Amigos dos Marinheiros e como missionário da União Cristã Americana e Estrangeira. Atuou como secretário interino da legação americana no Rio de Janeiro e foi o primeiro agente oficial da Sociedade Bíblica Americana. Foi um promotor entusiasta do protestantismo e do “progresso”. Escreveu *O Brasil e os brasileiros*, publicado em 1857, uma versão atualizada da obra de Kidder.

Robert Reid Kalley (1809-1888) era natural da Escócia. Estudou medicina e foi trabalhar como missionário na Ilha da Madeira (1838). Oito anos depois, escapou de uma violenta perseguição e foi com seus paroquianos para os Estados Unidos. Fletcher sugeriu que ele fosse para o Brasil, onde Kalley e sua esposa Sarah

Poulton Kalley (1825-1907) chegaram em maio de 1855. No mesmo ano, fundaram em Petrópolis a primeira escola dominical permanente do país (19 de agosto). Em 11 de julho de 1858, Kalley fundou a Igreja Evangélica, depois Igreja Evangélica Fluminense (1863), cujo primeiro membro brasileiro foi Pedro Nolasco de Andrade. Kalley teve importante atuação na defesa da liberdade religiosa (1859). Sua esposa foi autora do famoso hinário *Salmos e hinos* (1861). A Igreja Fluminense aprovou sua base doutrinária, elaborada por Kalley, em 2 de julho de 1876. No mesmo ano, o missionário voltou em definitivo para a Escócia. Os estatutos da igreja foram aprovados pelo governo imperial em 22 de novembro de 1880.

Os missionários pioneiros da Igreja Presbiteriana foram Ashbel Green Simonton (1859), Alexander Latimer Blackford (1860) e Francis Joseph Christopher Schneider (1861). As primeiras igrejas organizadas foram as do Rio de Janeiro (1862), São Paulo (1865) e Brotas (1865). Duas importantes realizações iniciais foram o jornal *Imprensa Evangélica* (1864-1892) e o Seminário do Rio de Janeiro (1867-1870). O primeiro pastor evangélico brasileiro foi o ex-sacerdote José Manoel da Conceição, ordenado em 17 de dezembro de 1865. Em 1870, os presbiterianos fundaram em São Paulo a Escola Americana (atual Universidade Mackenzie). Em 1888, foi organizado o Sínodo do Brasil, que marcou a autonomia eclesiástica da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Após a Guerra Civil americana (1861-1865), muitos imigrantes norte-americanos se estabeleceram no interior da Província de São Paulo. Eles foram seguidos por missionários presbiterianos, metodistas e batistas. Os pioneiros enviados pela Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos (PCUS) foram George Nash Morton e Edward Lane (1869). Eles fundaram o Colégio Internacional, instalado oficialmente em 1873.

A Igreja Metodista Episcopal (do sul dos Estados Unidos) enviou Junius E. Newman para trabalhar junto aos imigrantes (1876). O primeiro missionário aos brasileiros foi John James Ransom, que chegou em 1876 e dois anos depois organizou a primeira igreja no Rio de Janeiro. A professora Martha Hite Watts iniciou uma escola para moças em Piracicaba (1881). A partir de 1880, a I.M.E. do norte dos EUA enviou obreiros ao norte do Brasil (William Taylor, Justus H. Nelson) e ao Rio Grande do

Sul. A Conferência Anual Metodista foi organizada em 1886 pelo bispo John C. Granbery, com a presença de apenas três missionários.

Os primeiros missionários da Igreja Batista, Thomas Jefferson Bowen e sua esposa (1859-1861), não foram bem sucedidos. Em 1871, os imigrantes batistas de Santa Bárbara organizaram duas igrejas. Os primeiros missionários junto aos brasileiros foram William Buck Bagby, Zachary Clay Taylor e suas esposas (chegados em 1881-1882). O primeiro membro e pastor batista brasileiro foi o ex-padre Antônio Teixeira de Albuquerque, que já estivera ligado aos metodistas. Em 1882 o grupo fundou a primeira igreja brasileira em Salvador, na Bahia. A Convenção Batista Brasileira foi criada em 1907.

A Igreja Protestante Episcopal foi a última das denominações históricas a iniciar trabalho missionário no Brasil. Um importante e controvertido precursor havia sido Richard Holden (1828-1886), que durante três anos atuou com poucos resultados no Pará e na Bahia (1861-1864). O trabalho permanente teve início em 1890 com James Watson Morris e Lucien Lee Kinsolving. Inspirados pela obra de Simonton e por um folheto sobre o Brasil, eles se estabeleceram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, um estado até então pouco ocupado por outras missões. Em 1899, Kinsolving tornou-se o primeiro bispo residente da Igreja Episcopal do Brasil.

6. Igreja e estado: período republicano

A separação entre a igreja e o estado foi efetivada pelo Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que consagrou a plena liberdade de culto. Em fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana confirmou a separação entre a igreja e o estado, bem como proclamou outras medidas liberais como a plena liberdade de culto, o casamento civil obrigatório e a secularização dos cemitérios. Sob influências liberais e positivistas, a Constituição omitiu o nome de Deus, afirmando assim a caráter não religioso do novo regime, e a Igreja Católica foi colocada em pé de igualdade com todos os outros grupos religiosos; a educação foi secularizada, sendo a religião omitida do novo currículo. Em uma carta pastoral de março de 1890, os bispos deram as boas-vindas à República, mas também repudiaram a separação entre a igreja e o estado.

A partir de então, a Igreja teve duas grandes preocupações: obter o apoio do Estado e aumentar a sua influência na sociedade. Um dos primeiros passos foi fortalecer a estrutura interna da igreja: criaram-se novas estruturas eclesiais (dioceses, arquidioceses, etc.) e fundaram-se novos seminários. Foi incentivada a vinda de muitos religiosos estrangeiros para o Brasil (capuchinhos, beneditinos, carmelitas, franciscanos). A igreja também manteve sua firme oposição contra a modernidade, o protestantismo, a maçonaria e outros movimentos.

Dois grandes líderes foram especialmente influentes nesse esforço renovador: primeiro, o padre Júlio Maria, que desde 1890 até sua morte em 1916 foi muito ativo como pregador e escritor, visando mobilizar a igreja e tornar o Brasil verdadeiramente católico. Ainda mais notável foi D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942), o líder responsável pela orientação e mobilização da Igreja Católica brasileira na primeira metade do século 20, como arcebispo de Olinda e Recife (1916-21), coadjutor no Rio de Janeiro (1921-30) e cardeal arcebispo do Rio até a sua morte.

Em 1925, D. Leme propôs emendas à constituição que dariam reconhecimento oficial à Igreja Católica como a religião dos brasileiros e permitiriam a educação religiosa nas escolas públicas. As chamadas “emendas Plínio Marques” enfrentaram a vigorosa oposição dos protestantes, maçons, espíritas e da imprensa, sendo eventualmente rejeitadas. Todavia, mediante um decreto de abril de 1930, Getúlio Vargas permitiu o ensino religioso nas escolas. Por fim, a Constituição de 1934 incluiu todas as exigências católicas, sem oficializar o catolicismo. O Centro Dom Vital, cujos líderes iniciais foram Jackson de Figueiredo e Alceu de Amoroso Lima, deu continuidade à luta pela ascendência católica. A agenda da Liga Eleitoral Católica incluía tópicos como a oficialização do catolicismo, o casamento religioso, o ensino religioso nas escolas públicas, capelanias católicas nas forças armadas e sindicatos católicos. Também foram realizadas campanhas contra as missões estrangeiras protestantes.

7. Católicos e protestantes

Nas primeiras décadas do período republicano, os protestantes tiveram diferentes atitudes diante da reação católica. Uma delas foi a criação de uma frente unida

contra o catolicismo. A entidade conhecida como Aliança Evangélica havia sido criada inicialmente na Inglaterra (1846) e nos Estados Unidos (1867). A congênere brasileira surgiu em São Paulo, em julho de 1903, tendo como presidente Hugh C. Tucker (metodista) e como secretário F. P. Soren (batista). Todavia, o Congresso do Panamá e a subsequente Conferência do Rio de Janeiro, em 1916, revelaram atitudes divergentes em relação ao catolicismo, sendo alguns elementos, principalmente norte-americanos, favoráveis a uma aproximação e mesmo colaboração com a igreja católica. Uma das questões discutidas foi o rebatismo ou não de católicos convertidos à fé evangélica. Esse período também viu o recrudescimento de perseguições contra os protestantes em muitos lugares do Brasil.

Na década de 1920, a Comissão Brasileira de Cooperação, liderada pelo Rev. Erasmo de Carvalho Braga (1877-1932) procurou unir as igrejas evangélicas na luta pela preservação dos seus direitos e no exercício de um testemunho profético junto à sociedade brasileira. Esse esforço teve prosseguimento até os anos 60 na Confederação Evangélica do Brasil. Após 1964, as relações das igrejas evangélicas e da Igreja Católica com o estado brasileiro tomaram rumos por vezes diametralmente opostos, cujas conseqüências se fazem sentir até os dias de hoje.

8. Progressistas x conservadores

Nas primeiras décadas do século 20, o protestantismo brasileiro sofreu a influência de algumas correntes teológicas norte-americanas, como o evangelho social, o movimento ecumênico e o fundamentalismo. Inspirado em parte pelos dois primeiros, surgiu um notável esforço cooperativo entre as igrejas históricas, sob a liderança do Rev. Erasmo Braga, secretário da Comissão Brasileira de Cooperação (1917). Essa entidade se uniu em 1934 à Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil e ao Conselho Nacional de Educação Religiosa para formar a Confederação Evangélica do Brasil (CEB). Nos anos 50 e início da década de 60, a CEB criou a Comissão de Igreja e Sociedade (1955), depois Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Sua quarta reunião, conhecida como Conferência do Nordeste, realizada em Recife em 1962, teve como tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”. Seus líderes foram Carlos Cunha, Almir dos Santos e Waldo César, sendo preletores

Sebastião G. Moreira, Joaquim Beato, João Dias de Araújo e o bispo Edmundo K. Sherill.

O movimento ecumênico havia surgido com a Conferência Missionária Mundial (1910), em Edimburgo, na Escócia, que deu origem ao Concílio Missionário Internacional (1921). Outros dois movimentos, “Vida e Trabalho” e “Fé e Ordem” se uniram para formar o Conselho Mundial de Igrejas (Utrecht, 1938; Amsterdã, 1948). Algumas das primeiras igrejas brasileiras a se filiarem a essa organização foram a metodista (1942), a luterana (1950), a episcopal (1965) e a Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo (1968).

Por fim, o espírito denominacional suplantou o ecumenismo. Duncan Reily observa: “O ecumenismo no Brasil foi muito mais um projeto dos missionários e das sociedades missionárias do que dos brasileiros” (*História Documental*, 233). Além de algumas igrejas históricas, também se opuseram ao ecumenismo os grupos pentecostais, as “missões de fé” e “missões indenominacionais”, e o movimento fundamentalista de Carl McIntire.

9. Denominações históricas (1889-1964)

9.1 Igreja Congregacional

Essa foi a primeira denominação brasileira inteiramente nacional (não sujeita a nenhuma junta missionária). Até 1913, foram organizadas somente treze igrejas congregacionais no Brasil, todas autônomas. Oito eram filhas da Igreja Fluminense: Pernambucana (1873), Passa Três (1897), Niterói (1899), Encantado (1903), Paranaguá, Paracambi e Santista (1912), Paulistana (1913), e três da Igreja Pernambucana: Vitória (1905), Jaboatão (1905) e Monte Alegre (1912). Em julho de 1913, essas igrejas se reuniram em 1ª Convenção Geral, no Rio de Janeiro. Daí até 1942, a denominação mudou de nome dez vezes.

Os ingleses fundaram missões para atuar na América do Sul: *Help for Brazil* (criada em 1892 por iniciativa de Sarah Kalley e outros), *South American Evangelical Mission* (Argentina) e *Regions Beyond Missionary Union* (Peru). Após a Conferência de Edimburgo (1910), essas missões vieram a constituir a União Evangélica Sul-

Americana – UESA (1911). Dos seus esforços, surgiu no Brasil a Igreja Cristã Evangélica.

Os congregacionais uniram-se à Igreja Cristã Evangélica em 1942, formando a União das Igrejas Congregacionais e Cristãs do Brasil. Separaram-se em 1969, tomando o nome de União das Igrejas Evangélicas Congregacionais do Brasil. A outra ala dividiu-se em duas: Igreja Cristã Evangélica no Brasil (Anápolis) e Igreja Cristã Evangélica do Brasil (São Paulo).

9.2 Igreja Presbiteriana

A Igreja Presbiteriana do Brasil alcançou sua autonomia formal em 1888, com a criação do Sínodo Presbiteriano. Surgiu então uma crise no período 1892-1903 em torno das questões missionária, educativa e maçônica que resultou em divisão, surgindo a Igreja Presbiteriana Independente. Dois eventos significativos no início do século 20 foram a criação da Assembléia Geral (1910) e o estabelecimento de um plano de cooperação entre a igreja e as missões americanas, conhecido como Modus Operandi ou “Brazil Plan” (1917). Com a Constituição de 1937, a Assembléia Geral foi transformada em Supremo Concílio. Em 1955 surgiu o Conselho Interpresbiteriano, criado para gerir as relações da igreja com as missões americanas e com as juntas missionárias nos Estados Unidos.

Em 1948, Samuel Rizzo representou a IPB na Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Amsterdã. No ano seguinte, a igreja optou pela “eqüidistância” entre o CMI e o CIIC de Carl McIntire. Em 1962, o Supremo Concílio aprovou o “Pronunciamento Social da IPB”.

Entre a juventude surgiu um crescente questionamento da posição conservadora da igreja. Um importante canal de expressão foi o controvertido *Jornal Mocidade* (1944). Billy Gammon, filha do Rev. Samuel Gammon, foi nomeada secretária da mocidade a partir de 1946. Até 1958 o número de sociedades locais cresceu de 150 para 600, com 17 mil membros. O Rev. M. Richard Shaul veio ao Brasil para trabalhar entre universitários. Em 1953 tornou-se professor do Seminário Presbiteriano de Campinas e começou a cooperar com o Departamento de Mocidade e a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). Tornou-se uma voz influente na mocidade

evangélica em geral. Em 1962, o Supremo Concílio reestruturou o Departamento de Mocidade, tirando sua autonomia.

Igreja Presbiteriana Fundamentalista: Israel Gueiros, pastor da 1ª Igreja Presbiteriana de Recife e ligado ao Concílio Internacional de Igrejas Cristãs (Carl McIntire) liderou uma campanha contra o Seminário do Norte sob a acusação de modernismo. Fundou outro seminário e foi deposto pelo Presbitério de Pernambuco em julho de 1956. Em 21 de setembro do mesmo ano foi organizada a IPFB com quatro igrejas locais (inclusive elementos batistas e congregacionais), que formaram um presbitério com 1800 membros.

9.3 Igreja Presbiteriana Independente

Essa igreja surgiu em 1903 como uma denominação totalmente nacional, sem qualquer vinculação com igrejas estrangeiras. Resultou do projeto nacionalista de Eduardo Carlos Pereira (1856-1923). Em 1907 tinha 56 igrejas e 4.200 membros comungantes. Fundou um seminário em São Paulo. Em 1908 foi instalado o Sínodo, inicialmente com três presbitérios. Mais tarde, em 1957, foi criado o Supremo Concílio, com três sínodos, dez presbitérios, 189 igrejas locais e 105 pastores. Seu jornal oficial era *O Estandarte*, fundado em 1893. Após o Congresso do Panamá (1916), a IPI aproximou-se da IPB e das outras igrejas evangélicas. A partir de 1930, surgiu um movimento de intelectuais (entre eles o Rev. Eduardo Pereira de Magalhães, neto de Eduardo Carlos Pereira) que pretendia reformar a liturgia, certos costumes eclesiásticos e até mesmo a Confissão de Fé. A questão eclodiu no Sínodo de 1938. Um grupo organizou a Liga Conservadora, liderada pelo Rev. Bento Ferraz. A elite liberal retirou-se da IPI em 1942 e formou a Igreja Cristã de São Paulo.

A *Igreja Presbiteriana Conservadora* foi fundada pelos membros da Liga Conservadora em 1940. Em 1957, contava com mais de vinte igrejas, em quatro estados, e tinha um seminário. Seu órgão oficial é *O Presbiteriano Conservador*. Filiou-se à Aliança Latino-Americana de Igrejas Cristãs e à Confederação de Igreja Evangélicas Fundamentalistas do Brasil.

9.4 Igreja Metodista

A Conferência Anual Metodista foi organizada no Rio de Janeiro em 15 de setembro de 1886 pelo bispo John C. Granbery, enviado ao Brasil pela Igreja Metodista Episcopal do Sul. Tinha apenas três missionários, James L. Kennedy, John W. Tarboux e Hugh C. Tucker, sendo a menor conferência anual já criada na história do metodismo. Em 1899, a IME do Norte transferiu seu trabalho no Rio Grande do Sul para a Conferência Anual. Em 1910 e 1919 surgiram outras duas conferências (norte, sul e centro).

A Junta de Nashville continuou a interferir na vida da igreja de modo indevido, culminando com a insistência em nomear o presidente do Colégio Granbery (1917). Cresceu o movimento pelo sustento próprio, liderado por Guaracy Silveira. Em 1930 a IMES cedeu a autonomia desejada. No dia 2 de setembro de 1930, na Igreja Metodista Central de São Paulo, foi organizada a Igreja Metodista do Brasil. O primeiro bispo eleito foi o velho missionário John William Tarboux. O primeiro bispo brasileiro foi César Dacorso Filho (1891-1966), eleito em 1934, que por doze anos (1936-1948) foi o único bispo da igreja. A Igreja Metodista foi a primeira denominação brasileira a filiar-se ao Concílio Mundial de Igrejas (1942).

9.5 Igreja Batista

A Convenção Batista Brasileira foi organizada no dia 24 de junho de 1907 na Primeira Igreja Batista da Bahia (Salvador), quando 43 delegados, representando 39 igrejas, aprovaram a “Constituição Provisória das Igrejas Batistas do Brasil”.

Na chamada “questão radical”, líderes batistas do nordeste apresentaram um memorial aos missionários em 1922 e um manifesto à Convenção em 1925 reivindicando maior participação nas decisões, principalmente na área financeira. Não atendidos, mais tarde organizaram-se como um facção separada da Convenção e da Junta. As bases de cooperação entre a igreja brasileira e a Junta de Richmond voltaram a ser discutidas em 1936 e 1957.

9.6 Igreja Luterana

O Sínodo Rio-Grandense surgiu em 1886. Posteriormente, surgiram outros sínodos autônomos: Sínodo da Caixa de Deus ou “Igreja Luterana” (1905), com forte ênfase confessional; Sínodo Evangélico de Santa Catarina e Paraná (1911) e Sínodo Brasil

Central (1912). O Sínodo Rio-Grandense, ligado à Igreja Territorial da Prússia, filiou-se à Federação Alemã das Igrejas Evangélicas em 1929. Em 1932, o Sínodo Luterano também se filiou à federação e começou a se aproximar dos outros sínodos. Em 1939 o Estado Novo exigiu que toda a pregação pública fosse feita em português.

Em 1949 os quatro sínodos se organizaram em Federação Sinodal, a Igreja Luterana propriamente dita. No ano seguinte a igreja solicitou admissão ao Conselho Mundial de Igrejas e em 1954 adotou o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). A Igreja Luterana filiou-se à Confederação Evangélica do Brasil em 1959.

9.7 Igreja Episcopal

Uma Convocação especial reunida em Porto Alegre em 30 de maio de 1898 definiu a relação formal entre a missão e a Igreja Episcopal dos Estados Unidos e elegeu Lucien Lee Kinsolving como o primeiro bispo residente da igreja brasileira. Ele foi sagrado bispo em Nova York em 6 de janeiro de 1899) e foi o único bispo episcopal no Brasil até 1925. O primeiro bispo brasileiro foi Athalício Theodoro Pithan, sagrado em 21 de abril de 1940.

Em abril de 1952, foi instalado o Sínodo da Igreja Episcopal Brasileira, contando com três bispos: Athalício T. Pithan, Luís Chester Melcher e Egmont Machado Krischke. Em 25 de abril de 1965 a Igreja Episcopal do Brasil obteve da igreja-mãe sua plena emancipação administrativa e passou a ser uma província autônoma da Comunhão Anglicana. Logo em seguida, filiou-se ao CMI.

10. Denominações Históricas (após 1964)

Dois eventos cruciais na década de 60 foram: (a) o Concílio Vaticano II (1962-65), que marcou a abertura aos protestantes (“irmãos separados”) e revelou novas concepções sobre o culto, a missão da igreja e a relação com a sociedade; (b) o Golpe de 1964 e o regime militar no Brasil.

10.1 Igreja Presbiteriana

Esse período marcou o fim do antigo relacionamento da IPB com as missões norte-americanas. Em 1954 havia sido criado o Conselho Interpresbiteriano. Em 1962, a Missão Brasil Central propôs-se a entregar à igreja brasileira toda a sua obra evangelística, educativa e médica. Em 1972 a igreja rompeu com a Missão Brasil Central, sendo uma das possíveis causas a adoção da Confissão de 1967 pela Igreja Presbiteriana Unida dos EUA. Em 1973 a IPB rompeu relações com a Igreja Unida (criada em 1958) e firmou novo convênio com a missão da Igreja do Sul.

Duas questões candentes da época foram o ecumenismo e a postura social. A igreja enviou representantes à assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Amsterdã (1948) e observadores a outras assembléias. Missionários como Richard Shaull deram ênfase a questões sociais, influenciando os seminários e a mocidade da igreja. O Supremo Concílio de 1962 realizou um importante pronunciamento social.

Houve uma forte reação conservadora no Supremo Concílio de 1966, em Fortaleza, com a eleição de Boanerges Ribeiro, reeleito em 1970 e 1974. As principais preocupações do período foram a ortodoxia, a evangelização e a rejeição do ecumenismo. Multiplicaram-se os processos contra pastores, igrejas locais e concílios.

Nessa época surgiram alguns grupos dissidentes, como o Presbitério de São Paulo e a Aliança de Igrejas Reformadas (1974), que defendiam maior flexibilidade doutrinária. Em setembro de 1978, na cidade de Atibaia, foi criada a Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas (FENIP).

10.2 Igreja Presbiteriana Independente

A IPI inicialmente teve uma postura menos rígida que a IPB, mas a partir de 1972 tornou-se mais inflexível quanto ao ecumenismo e à renovação carismática. Em 1978 admitiu aos seus presbitérios os três primeiros missionários da sua história, Richard Irwin, Albert James Reasoner e Gordon S. Trew, que antes colaboravam com a IPB. Em 1973, um segmento separou-se para formar a Igreja Presbiteriana Independente Renovada, que depois se uniu a um grupo semelhante egresso da IPB, formando a Igreja Presbiteriana Renovada.

10.3 Igreja Batista

No período em questão, os batistas foram caracterizados por forte ênfase evangelística, tendo realizado grandes campanhas. Billy Graham pregou no Maracanã durante o X Congresso da Aliança Batista Mundial (julho de 1960). O pastor João Filson Soren, da 1ª Igreja Batista do Rio, foi eleito presidente da Aliança Mundial. Em 1965 foi realizada a Campanha Nacional de Evangelização como uma resposta ao golpe de 1964. Seu lema foi “Cristo, a Única Esperança”, indicado que soluções meramente políticas eram insuficientes. Seu coordenador foi o pastor Rubens Lopes, da Igreja Batista de Vila Mariana, em São Paulo. Houve ainda a Campanha das Américas (1967-1970) e a Cruzada Billy Graham, no Rio de Janeiro, em 1974, tendo como presidente o pastor Nilson do Amaral Fanini. Houve também uma Campanha Nacional de Evangelização em 1978-1980.

10.4 Igreja Metodista

No início dos anos 60, Nathanael Inocêncio do Nascimento, reitor da Faculdade de Teologia, liderou o “esquema” nacionalista que visava substituir os líderes missionários do Gabinete Geral por brasileiros (saíram Robert Davis e Duncan A. Reily e entraram Almir dos Santos e Omar Daibert, futuros bispos).

Os universitários e estudantes de teologia pleiteavam uma igreja mais voltada para a ação social e a política. A ênfase na justiça social dominou a Junta Geral de Ação Social (Robert Davis, Almir dos Santos) e a Faculdade de Teologia. Dom Helder Câmara paralinhou a turma de 1967. No ano seguinte, uma greve levou ao fechamento da Faculdade e à sua reestruturação.

De 1968 em diante a igreja voltou-se para problemas internos como o regionalismo. Em 1971 cada um dos seis concílios regionais elegeu, pela primeira vez, o seu próprio bispo (os bispos sempre tinham sido eleitos no Concílio Geral, como superintendentes gerais da igreja) e surgiram vários seminários regionais. Essa tendência perdurou até 1978.

Nos anos 70 a IMB investiu na educação superior. No campus da antiga Faculdade de Teologia surgiu o Instituto Metodista de Ensino Superior e em 1975 o Instituto Piracicabano (fundado em 1881) foi transformado em Universidade Metodista de

Piracicaba. Em 1982 foi elaborado o Plano Nacional de Educação Metodista, cuja fundamentação deu ênfase ao conceito do Reino de Deus e à teologia da libertação.

10.5 Igreja Luterana

Em 1968, os quatro sínodos, originalmente independentes um do outro, integraram-se em definitivo na IECLB, aceitando uma nova constituição. No VII Concílio Geral (outubro de 1970) foi aprovado unanimemente o “Manifesto de Curitiba,” contendo o posicionamento político-social da igreja. Esse manifesto foi entregue ao presidente Emílio Médici por três pastores. Em 1975 entrou em vigor a reforma do currículo da faculdade de teologia de São Leopoldo, refletindo as prioridades da igreja.

11. Igrejas pentecostais e neopentecostais

As três ondas ou fases do pentecostalismo brasileiro foram as seguintes: (a) décadas de 1910-1940: chegada simultânea da Congregação Cristã no Brasil e da Assembléia de Deus, que dominaram o campo pentecostal por 40 anos; (b) décadas de 1950-1960: fragmentação do pentecostalismo com o surgimento de novos grupos – Evangelho Quadrangular, Brasil Para Cristo, Deus é Amor e muitos outros (contexto paulista); (c) anos 70 e 80: advento do neopentecostalismo – Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional da Graça de Deus e outras (contexto carioca).

(a) *Congregação Cristã no Brasil*: fundada pelo italiano Luigi Francescon (1866-1964). Radicado em Chicago, foi membro da Igreja Presbiteriana Italiana e aderiu ao pentecostalismo em 1907. Em 1910 (março-setembro) visitou o Brasil e iniciou as primeiras igrejas em Santo Antonio da Platina (PR) e São Paulo, entre imigrantes italianos. Veio 11 vezes ao Brasil até 1948. Em 1940, o movimento tinha 305 “casas de oração” e dez anos mais tarde 815.

(b) *Assembléia de Deus*: teve como fundadores os suecos Daniel Berg (1885-1963) e Gunnar Vingren (1879-1933). Batistas de origem, eles abraçaram o pentecostalismo em 1909. Conheceram-se numa conferência pentecostal em Chicago. Assim como Luigi Francescon, Berg foi influenciado pelo pastor batista William H. Durham, que participou do avivamento de Los Angeles (1906). Sentindo-se chamados para trabalhar no Brasil, chegaram a Belém em novembro de 1910.

Seus primeiros adeptos foram membros de uma igreja batista com a qual colaboraram.

(b) *Igreja do Evangelho Quadrangular*: fundada nos Estados Unidos pela evangelista Aimee Semple McPherson (1890-1944). O missionário Harold Williams fundou a primeira IEQ do Brasil em novembro de 1951, em São João da Boa Vista. Em 1953 teve início a Cruzada Nacional de Evangelização, sendo Raymond Boatright o principal evangelista. A igreja enfatiza quatro aspectos do ministério de Cristo: aquele que salva, batiza com o Espírito Santo, cura e virá outra vez. As mulheres podem exercer o ministério pastoral.

(c) *Igreja Evangélica Pentecostal O Brasil Para Cristo*: fundada por Manoel de Mello, um evangelista da Assembléia de Deus que depois tornou-se pastor da IEQ. Separou-se da Cruzada Nacional de Evangelização em 1956, organizando a campanha “O Brasil para Cristo”, da qual surgiu a igreja. Filiou-se ao CMI em 1969 (desligou-se em 1986). Em 1979 inaugurou seu grande templo em São Paulo, sendo orador oficial Philip Potter, secretário-geral do CMI. Esteve presente o cardeal arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns. Manoel de Mello morreu em 1990.

(d) *Igreja Deus é Amor*: fundada por David Miranda (nascido em 1936), filho de um agricultor do Paraná. Vindo para São Paulo, converteu-se numa pequena igreja pentecostal e em 1962 fundou sua igreja em Vila Maria. Logo transferiu-se para o centro da cidade (Praça João Mendes). Em 1979, foi adquirida a “sede mundial” na Baixada do Glicério, o maior templo evangélico do Brasil, com capacidade para dez mil pessoas. Em 1991 a igreja afirmava ter 5.458 templos, 15.755 obreiros e 581 horas diárias em rádios, bem como estar presente em 17 países (principalmente Paraguai, Uruguai e Argentina).

(e) *Igreja Universal do Reino de Deus*: fundada por Edir Macedo (nascido em 1944), filho de um comerciante fluminense. Trabalhou por 16 anos na Loteria do Estado, período no qual subiu de contínuo para um posto administrativo. De origem católica, ingressou na Igreja de Nova Vida na adolescência. Deixou essa igreja para fundar a sua própria, inicialmente denominada Igreja da Bênção. Em 1977 deixou o emprego público para dedicar-se ao trabalho religioso. Nesse mesmo ano surgiu o nome IURD e o primeiro programa de rádio. Macedo viveu nos Estados Unidos de 1986 a

1989. Quando voltou ao Brasil, transferiu a sede da igreja para São Paulo e adquiriu a Rede Record de Televisão. Em 1990 a IURD elegeu três deputados federais. Macedo esteve preso por doze dias em 1992, sob a acusação de estelionato, charlatanismo e curandeirismo.

Conclusão

Uma breve história do Protestantismo brasileiro não permite abarcar todas as ramificações que têm surgido nos últimos anos no país. Haveria a necessidade de mais espaço e a certeza de que, na realidade, são movimentos capazes de sobreviver ao surgimento de novas expressões religiosas sempre mais contextualizadas com o espírito pós-moderno. Um exemplo claro de nova expressão religiosa são as igrejas que vêm surgindo a cada instante e se transformado em movimentos que ditam regras dentro do protestantismo brasileiro: as igrejas neopentecostais.

REFERÊNCIAS

ANGLADA, Paulo R. B. *Protestants in Brazil: survey of history, situation, and characteristics*. Potschefstroom University for Christian Higher Learning, 1985.

ANTONIAZZI, Alberto e outros. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

ASSUMPÇÃO, Xavier. *A religião do Brasil*. Opúsculo. Curitiba, 1955.

AZZI, Riolando. *A cristandade colonial: um projeto autoritário*. Em: *História do pensamento católico no Brasil – I*. São Paulo: Paulinas, 1987.

_____. *A crise da cristandade e o projeto liberal*. Em: *História do pensamento católico no Brasil – II*. São Paulo: Paulinas, 1991.

BAEZ-CAMARGO, Gonzalo. The earliest Protestant missionary venture in Latin America. *Church History* 21 (Junho 1952): 135-144.

BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brazil. Em: SMITH, T. Lynn (Org.). *Brazil: portrait of half a continent*. Nova York: Dryden, 1951.

BRAGA, Erasmo e Kenneth Grubb. *The Republic of Brazil: a survey of the religious situation*. Londres: World Dominion Press, 1932.

CONDE, Emílio. *História das Assembléias de Deus no Brasil*. Rio de Janeiro, 1960.

Credo social da Igreja Metodista. São Paulo: Imprensa Metodista, 1971.

DREHER, Martin N. Protestantismo de imigração em Brasil: sua implantação em o contexto do projeto liberal modernizador y las consecuencias del mismo. *Cristianismo y Sociedad* 27, nº 1 (1989): 59-74.

FEITOSA, José Alves Feitosa. *Breve história dos batistas do Brasil: memórias*. Rio de Janeiro, 1978.

GORDON, Amy Glassner. "The first Protestant missionary effort: why did it fail?". *International Bulletin of Missionary Research* 8 (Janeiro 1984): 12-14,16-18.

GUEIROS VIEIRA, David. *O protestantismo, a maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora da Univ. de Brasília, 1980.

GUERRA, Flávio. *João Alfredo e a Questão Religiosa: documentos históricos do seu Arquivo*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Biblioteca Central, 1976.

HAHN, Carl Joseph. *História do culto protestante no Brasil*. Trad. Antonio Gouvêa Mendonça. São Paulo: ASTE, 1989.

HOORNAERT, Eduardo, Riolando Azzi, Klaus Van Der Grijp e Brenno Brod. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, primeira época*. 4ª ed. Em História geral da Igreja na América Latina. Tomo II/1. Petrópolis e São Paulo: Vozes e Paulinas, 1992.

HAUCK, João Fagundes; Hugo Fragoso, José Oscar Beozzo, Klaus Van Der Grijp e Brenno Brod. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo, segunda época – a igreja no Brasil no século XIX*. 3ª ed. Em História geral da igreja na América Latina. Tomo II/1. Petrópolis e São Paulo: Vozes e Paulinas, 1992.

LÉONARD, Émile-G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: JUERP e ASTE, 1981.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Trad. Sérgio Millet segundo a edição de Paul Gaffarel. 2ª ed. Biblioteca Histórica Brasileira VII. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951. Outra edição: Martins e Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MCINTIRE, Robert Leonard. *Portrait of half a century: fifty years of Presbyterianism in Brazil (1859-1910)*. Sondeos nº 46. Cuernavaca, México: Centro Intercultural de Documentación, 1969.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.

PIERSON, Paul Everett. *A younger church in search of maturity: Presbyterianism in Brazil from 1910 to 1959*. San Antonio, Texas: Trinity University Press, 1974.

REILY, Duncan Alexander. *História documental do protestantismo no Brasil*. 2ª impr. rev. São Paulo: ASTE, 1993.

RIBEIRO, Boanerges. *Igreja evangélica e república brasileira: 1889-1930*. São Paulo: O Semeador, 1991.

_____. *Protestantismo no Brasil monárquico (1822-1888): aspectos culturais da aceitação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1973.

ROCHA, João Gomes da. *Lembranças do passado*. 3 vols. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Publicidade, 1941-1946.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês: 1630-1654*. Recife: Fundarpe, 1986.